

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELACIONAMENTO ENTRE O ALUNO E A ESCOLA, E A REAL INCLUSÃO

Beatriz Dalmazio da Silva'

Bianca Roriz da Hora''

Gleyce B. Potratz Sena'''

Resumo

A fim de contribuir para a reflexão em relação à Educação Inclusiva na Educação Infantil e a posição da escola frente a este desafio que gera comportamento nem sempre satisfatório, este artigo têm por intenção propor esclarecimentos sobre o preconceito que existe em torno deste assunto. Sabemos que estes alunos necessitam de uma atenção mais ampla e satisfatória, pois é na fase inicial de aprendizagem, que se estabelecem as relações de convívio. Queremos através de uma futura pesquisa de Campo, verificarmos em que nível se encontra às escolas, no que diz respeito à Educação Inclusiva, a estrutura física, formação de professores e o contexto social do aluno. Ainda encontramos muitas irregularidades quando se trata da inclusão, o que seria teoria x prática? De que forma ocorre essa prática nas escolas, nas salas de aula, no convívio escolar? Realmente nossas crianças tem recebido o real atendimento? E o contra turno de direito dos mesmos como tem ocorrido? São assuntos que abordamos em nosso artigo, são questionamentos que nós fizemos e buscamos encontrar soluções para que realmente seja feita a devida inclusão com nossos alunos. Deficiente não são aqueles que portam alguma limitação, deficiente mesmo são aquelas pessoas consideradas “normais” que não sabem viver em sociedade com o seu próprio preconceito de que as pessoas não são capazes de desenvolver tais tarefas mediante suas limitações, tolice pensar assim, até porque o conteúdo esta na “mente” e não na aparência. É preciso por fim nesse preconceito e tirar dos papeis pondo em prática a inclusão social, afinal é direito de todos e dever do estado e da sociedade fazer como que estas pessoas façam parte de nossa sociedade e possam ser livres para contribuir com todos e serem respeitadas e tratadas como cidadãos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Satisfatória. Contexto Social. Educação Infantil. Direitos.

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala educação inclusiva, as pessoas entendem como a uma criança “anormal” a qual necessita de atendimento e cuidados diferenciados, na visão da sociedade uma criança é considerada “anormal” a partir do momento que ela possui uma anormalidade, ou seja, um portador de deficiência visual, um deficiente físico, um deficiente auditivo e dentre outros transtornos globais que estão presentes em nossas crianças, jovens e adultos.

Na realidade quando falamos de uma educação inclusiva estamos falando do geral, seja uma pessoa gestante ela precisa ter sua realidade adaptada, então se for analisar o termo “educação inclusiva” ele tem um abrangente extenso. Observamos em nossa realidade que na verdade não acontece à inclusão devidamente, a realidade que encontramos quando entramos em uma sala de aula onde tem aluno “especial” é totalmente diferente do que imaginamos ou do que deveria ser, podemos observar o despreparo dos profissionais da educação, do corpo docente da instituição, até mesmo a falta de paciência e cuidados da família.

É preciso que haja um planejamento, mas elaborado, e a educação seja realmente inclusiva, possuímos Leis no “Estatuto da Criança e do Adolescente e Leis” - ECA, e pelo “Ministério da Educação” – MEC, onde assegura a educação de direito a todos, é dever do estado/governo fornecer profissionais devidamente qualificados para que seja feito a inclusão desses alunos, um pouco da brecha que ainda existe é consequência do comodismo da família, sem generalizar, muitas famílias se acomodam a partir do momento em que apenas conseguem integrar essa criança ao contexto escolar se esquecendo que ela realmente necessita de atenção qualificada, de profissionais que realmente saibam como agir e trabalhar o desenvolvimento dessas crianças.

Desta forma que podemos compreender tamanha importância de haver parceria entre escola e família, a família necessita esta inserida no desenvolvimento de seu filho, precisa junto da escola dar todo o suporte que esse aluno precisa para que tenha preparo e que futuramente o mesmo seja inserido no contexto social.

Temos como objetivo geral conhecer o processo da inclusão de alunos com necessidades especiais no contexto escolar e convívio familiar. Buscando como

objetivo específico, avaliar o processo de inclusão do aluno no contexto escolar, analisar a rotina do aluno em meio à inclusão e analisar a real diferença entre inclusão no papel (perante a lei) e a inclusão que realmente vem sendo posta em prática.

2. INCLUIR OU EXCLUIR: TEORIA X PRÁTICA.

Neste artigo temos como requisito abordar em sala como acontece essa inclusão, como as crianças são incluídas no cotidiano escolar, os que são tratados, se realmente são desenvolvidas atividades diferenciadas com as mesmas, iremos fazer pesquisas de campo onde socializaremos com as crianças de diversas idades e limitações diferenciadas para analisar realmente o que eles pensam e como agem, iremos analisar como está a real inclusão, se apenas acontece no papel (leis) se estão sendo postas em prática e como acontece.

Se tratando da inclusão entre alunos e criança, observaremos como realmente as crianças aceitam ou rejeitam, de como é trabalhado com os mesmo tais diferenças encontradas em seu colega, não adianta apenas inserir o aluno em um contexto escolar mudando a rotina de todos sem dar ênfase, sem levar para sala como os alunos devem lidar e aprender a conviver e aceitar seu colega, e ao mesmo modo aprender a incluir está criança em seu meio.

Para que tenha um melhor entendimento do termo “educação inclusiva”, iremos abordar brevemente tal assunto para melhor compreensão, ao contrário do que muitos imaginam por aí, “educação inclusiva” não está associada apenas àquelas crianças que são consideradas anormais perante a sociedade e tem direito de serem incluído no contexto escolar, o mesmo acontece quando incluímos alguém o qual necessita ter sua realidade adaptada ao meio escolar, ou seja, educação indígena, educação carcerária, educação hospitalar dentre diversos outros tipos que encontramos em nossa sociedade, educação inclusiva na verdade podemos dizer que é uma educação para todos, pois na realidade todos temos direito a educação, sejam negros, brancos, índios, camponeses não importar o meio que se vive educação é de dever do estado ser oferecida a todos. Agora já compreendendo o termo iremos abordar a ideia central deste artigo, que é analisar a realidade fora dos papéis, e das leis, pois sabemos que na prática tudo é tudo diferente do que sonhamos.

É de dever de o estado oferecer todo o suporte a estas crianças na vida escolar, a Lei 9394/96 Estabelece diretrizes e base da educação nacional.

Art. 4º, III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. *f*

É garantido por lei que alunos portadores de quais quer tipo de deficiência que seja comprovado por laudo médico, tenha o direito garantido ao acesso escolar regular, e sejam ensinadas e tratadas como qualquer outra criança considerada “normal”, é de direito da criança também que tenha um profissional especializado para desenvolver atividades específicas e diferenciada com os mesmo as quais desenvolva suas capacidades e faça com que eles avancem em seu rendimento escolar e seu desenvolvimento, o que sabemos que muita das vezes não ocorre na prática.

Art. 58. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Toda criança que tem laudo o qual comprove que ela seja “especial” ela tem direito de um acompanhamento diferenciado, ou seja, um profissional qualificado para que possa da todo o suporte necessário, deve ser incluído em sala junto com outras crianças e participar continuamente de todas as atividades ministradas em sala por seus professores ou até mesmo atividades de campo, é de obrigação da instituição do suporte o qual inclua à criança em toda atividade escolar.

O que deveria acontecer é o estado oferecer a todos os professores e corpo docente de suas unidades de ensino formações que qualifiquem seus profissionais a lidarem com essas crianças, que saibam como trabalhar e organizar conteúdos se necessário diferenciado para que haja melhor compreensão de seu aluno, o que na

realidade não acontece, simplesmente jogaram a ideia da educação inclusiva para alienar a sociedade como sendo um programa para que a criança deixe de ser excluída como era em algumas décadas, as crianças especiais eram criadas presas e escondidas em casa, sem que a sociedade soubesse para não envergonhar a família, isso vem sendo derrubado aos poucos, mas o governo mesmo vem com essa ideia na intenção de acabar com as:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (**APAE**) “é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência”. E a associação **PESTALOZZI** “Tem o seu nome associado a Johann Heinrich Pestalozzi que foi um dos principais fundadores, ocorreu o movimento pestalozziano que aconteceu em 1926 na cidade de porto alegre, Johann foi um jovem muito sofrido, ficou orfão de seu pai quando ainda era criança, passou por preconceitos, miséria, viveu em uma sociedade onde ricos e pobres viviam em lados opostos, muito mais do que ocorre hoje. Teve apenas sua mãe como protetora, acreditava em Deus, porém não se dedicava a qualquer religião. Com muita dificuldade conseguiu concluir sua faculdade, se tornou um pensador e por anos dedicou seus estudos a educação infantil em uma época onde não havia uma valorização a tal modalidade de ensino, transformou sua própria casa em uma pequena escola, onde protegia crianças e refugiados durante a guerra. Pestalozzi passou a vida pesquisando formas de melhorar o sistema de educação, dedicou-se às crianças carentes e é considerado um dos maiores educadores de todos os tempos. Por estas e tantas outras razões, a vida de Johann Heinrich Pestalozzi – o pai da escola popular – se confunde com a história das instituições que levam seu nome, e que prestam assistência gratuita, através de parcerias estratégicas, a milhares de pessoas com deficiência em todo o Brasil.”.

No intuito de cortar gastos, sendo que independentemente se a criança frequenta o ensino regular ela necessita sim de auxílio diferenciado, de um acompanhamento psicológico, fisioterapia, atividades voltadas ao desenvolvimento dos mesmos. É necessário que seja trabalhado a ideia da inclusão em sala com os demais alunos, trabalhar a diferença, explicar porque na maioria das vezes aquele aluno precisa de um cuidado diferenciado de uma atenção redobrada, pois além de ser algo novo para a criança especial também é novo para seus colegas considerados “normais”,

acaba que por não ser trabalhado em sala, não ser levado o assunto à instituição ao em vez de acontecer à inclusão, acontece à exclusão, os próprios colegas excluem o aluno devido não saber como lidar com uma atitude diferente que ele tenha, são diversas os tipos de deficiência que encontramos em nosso contexto, desde a deficiência física até a cognitiva os chamados transtornos globais. É de dever de a escola trabalhar para que esse aluno seja devidamente incluído no contexto escolar por todos que fazem parte da instituição de ensino.

A psicopedagogia e a psicomotricidade é algo que deve ser inserido no cotidiano destas crianças elas precisam de atendimento e acompanhamento com os mesmo para que tenha melhor desenvolvimento, é função da família buscar fazer tal acompanhamento, trabalhar o desenvolvimento cognitivo e motor dos mesmos, ajudar na preparação para que eles sejam inseridos no contexto social futuramente, apesar de ser diferente o significado das duas elas estão interligadas no processo de ensino aprendizagem destas crianças.

O mais importante é que toda criança merece ser tratada devidamente para que consiga alcançar seu objetivo: aprender. O biológico, o emocional, o cognitivo e o motor estão presentes no não aprender, seja ele classificado por qualquer um dos conceitos. Cabe à Psicopedagogia resgatar o desejo de aprender do “sujeito” eliminando os possíveis obstáculos, enquanto a Psicomotricidade, voltada para o corpo em movimento, em sua contribuição indispensável nos processos de aprender, pois “desde o princípio até o fim, a aprendizagem passa pelo corpo” (Fernandez, 1990, p.9).

Muitas crianças em certos momentos sofrem na escola, muitas até no primeiro dia de aula, outras começam bem depois o rendimento escolar cai e passam a não ser mais compreendidos pelo professor passam a não compreender a matéria e se distrai facilmente com outras coisas. A criança passa a não gostar da escola e acaba querendo não voltar mais a estudar, às vezes não esta acostumada com outras pessoas que não seja da sua família e acaba se auto excluindo das outras crianças.

Ela pode se adaptar facilmente, porém não consegue o que mandam, pois gostam de fazer o que estão adaptadas a fazerem, algumas até se adaptam a escola e aos novos colegas, mas quando mandam elas fazerem coisas que não sabem fazer ou não entende elas passam a ficarem diferentes e não compreende, não aceitam novas rotinas, a pressão dos que os pais colocam a respeito de notas faz com que a

criança ate passe mal antes da prova e ela acaba esquecendo tudo aquilo que estudou pelo de não compreende o professor na hora da explicação, não consegue fazer as atividades no tempo certo e acaba fazendo com letra feia.

O psicopedagogo institucional ele contribui para que a escola acompanhe o desenvolvimento da humanidade, o psicopedagogo pode auxiliar para que todos que participam da escola entendam como o porquê do transformá-la em um lugar de conhecimento.

O psicopedagogo pode colaborar na elaboração do projeto pedagógico, pode realizar um diagnostico institucional para detectar problemas pedagógicos que estejam prejudicando a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A participação da família nessa inclusão é fundamental, é preciso que tenha parceria entre família e escola para que possam junto ajudar a criança se desenvolver e socializar, não é apenas colocar a crianças na unidade regular e esperar que a escola faça todos os papeis, é preciso que a família desenvolva outras atividades, leve ao psicólogo ou psicopedagogo para que atividades sejam desenvolvidas continuamente com a criança assim ajudando-a sem seu desenvolvimento cognitivo, motor dentre outros. É fundamental que antes de qualquer coisa a família aprenda à aceitar as limitações que seu filho possui, não só a criança a família também precisa de cuidados e acompanhamento para que assim possam aprender a lidar com as diversas situações de seu filho.

Para que exista de fato essa tal inclusão é preciso que haja uma parceria entre família, escola e sociedade. Formações devem ser oferecidas aos profissionais da educação para que desta forma aprendam a lidar com as crianças e desenvolver atividades as quais realmente trabalhem o desenvolvimento das mesmas, assim sem excluí-las sempre as incluindo no contexto dos demais alunos e trabalhar as limitações do aluno com a turma para que a mesma também passe a compreender e incluir o colega no contexto deles. E a família sempre se fazer presente na vida escolar e no desenvolvimento social da criança, sempre dando autonomia e sendo parceira ao mesmo tempo.

O assunto Educação Inclusiva desperta preocupação para a Escola e a família, pois devido as transformações ocorridas ao longo dos anos, no que diz respeito à

Inclusão, há uma cobrança para que se atenda as necessidades dessas crianças e a responsabilidade em transmitir a educação de forma igualitária torna-se maior. Para Saviani (1991) a função da escola é estender, a todos os seus alunos, o conhecimento elaborado e sistematizado, fundamental para que as pessoas tenham maior liberdade de ação pela assimilação e internalização do conhecimento, a partir do processo de ensino e de aprendizagem.

É dentro da escola que o professor deve estabelecer relações de interação com o aluno e voltada com o objetivo de formar o cidadão, independente das diferenças e também é dele o papel de direcionar o aluno com dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem. A escola só será inclusiva a partir do momento em que tiver a postura de reconhecer a diversidade existente e buscar soluções efetivas para o aluno.

Incluir significa muito mais do que dar uma vaga para o aluno com deficiência, é lutar pela sua permanência e prepará-lo para enfrentar as dificuldades que encontrarão na sociedade. O fracasso escolar está ligado à falta de estrutura e à interação entre a família e a escola, de um lado a instituição que muitas das vezes é resistente em aceitar a Inclusão e do outro os pais que não têm interesse no bem-estar de seu filho e coloca a responsabilidade de cuidar e educar na escola.

A formação do docente é fundamental no processo da educação inclusiva, pois o que se evidencia é uma desmotivação por parte deles devido às péssimas condições de trabalho e acabam ignorando o fato de que uma criança com deficiência também tem direito a aprender e ser inserida no meio escolar.

A falta de preparo do professor gera essa dificuldade na efetivação do ensino, e isso ocorre principalmente na rede pública em que há uma precariedade de estruturas, causando este choque entre o aceitar e o ignorar a Inclusão. São de responsabilidade de o estado proporcionar condições favoráveis às instituições.

Novos conteúdos e a utilização da tecnologia são ferramentas que podem ser utilizadas a favor da criança. As verbas precisam ser destinadas para projetos que atendam as escolas.

O docente precisa ter a consciência da necessidade de atender o aluno, saber do histórico de vida dele, a sua convivência a fim de saber dados importantes que

servirá de auxílio nas aulas. A relação do aluno com os demais colegas, suas diferenças deve ser em prol da interação e aceitação, quebrar as barreiras do preconceito que existe no dia a dia dele.

Um dos elementos fundamentais no desenvolvimento da criança é ter a participação da família na sua educação. Os problemas começam após a confirmação do diagnóstico da saúde da criança pelo médico e muita das vezes se dá de maneira prática e ríspida, causando um trauma psicológico na família, principalmente se o poder aquisitivo e o grau de informações são baixos.

“A família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca de recursos e serviços que entende necessários para seu bem estar e uma vida de qualidade.” (EDUCAÇÃO INCLUSIVA; A FAMÍLIA, 2004, P.7)

A família precisa lutar pelos direitos da criança, a exclusão na maioria das vezes ocorre dentro da própria casa, hoje em dia ainda é grande a taxa de exclusão pelas famílias quando se tratam de crianças portadoras de necessidades especiais, porém isso não acontece de agora. Antigamente quase não ouvíamos dizer casos de crianças consideradas “diferentes” pelo fato de que as famílias não aceitavam e tratavam as mesmas como bichos e prisioneiros, eles eram mantidos dentro de casa isolados e escondidos, não podiam frequentar os mesmos espaços das outras crianças, na verdade as famílias que tinham em sua casa crianças especiais, tinham vergonha de que as outras famílias vissem e comentassem, era considerado uma aberração.

Hoje podemos notar o cuidado de algumas famílias que aceitam a diferença porém não os tratam com diferença, nas escolas podemos observar que algumas crianças excluem e outras incluem, querem estar perto, brincam, tratam muito bem e sabem lidar com as diferenças sem que as atrapalhem em nada, conseguem compreender e respeitar os limites. Afinal, independente da característica, da fala, ou seja, qualquer que for a limitação todos nós possuímos a capacidade de nos desenvolvermos uns melhores e outros com mais dificuldade, mas nada que não seja trabalhado e obtido sucesso.

Por isso é de grande importância a participação da família na escola, na vida dessas crianças. É preciso que a família compreenda que não são pesos, ou dão apenas trabalho, claro que é bem mais difícil de lidar, é preciso bem mais atenção principalmente quando a criança possui um grau bem elevado em sua dificuldade, porém a família é quem vai garantir o ensino de qualidade, é que vai lutar para que essa inclusão aconteça, e é fundamental o papel da família até porque muitas crianças precisam do contra turno, que é como um reforço, a criança frequenta a escola regular e em alguns dias definido pelo professor de educação inclusiva ele tem que comparecer fora do seu horário escolar em aulas extras, para que o profissional devidamente qualificado ajude no desenvolvimento motor, auxilie para que essa criança supere seus limites e que trabalhando sempre buscando resultados positivos junto à família possam incluir essas crianças futuramente em sociedade para que assim como os demais ela possa viver uma vida considerada “normal”.

Infelizmente encontramos muitas falhas a respeito da educação inclusiva quando se trata da prática, ainda podemos ver o despreparo dos profissionais, das instituições de ensino, o que cada vez mais dificulta o desenvolvimento das crianças. Nas escolas o aluno que atrás de laudo comprove a sua necessidade de atendimento especial, por direito ele tem que ter uma auxiliar a qual não vai fazer as coisas por ele como muito pensam, mas sim vai lhe auxiliar com o seu desenvolvimento, com seu crescimento cognitivo, vai auxiliar o professor na hora das atividades porque muitas crianças não conseguem acompanhar o desenvolvimento da turma por isto necessita de atividades diferenciadas.

Porém a falta de preparo e até mesmo de interesse em buscar conhecimentos atualizados para auxiliar no melhor planejamento e desenvolvimento de seus alunos deixa muito a desejar, e por comodismo acaba deixando esse aluno de lado afinal essas crianças não podem ser “reprovadas” elas devem seguir as fases corretamente, tem de estar de acordo seu ano e sua idade, por este motivo o método de avaliar os mesmos são métodos diferenciados.

O comprometimento de todos é necessário para uma Educação Inclusiva justa e igualitária, ter o acesso às informações relevantes, campanhas de conscientização devem ser feitas e investir em materiais que levem benefícios para a Escola.

A inclusão deve se estender a todas as crianças, não só os portadores de deficiência, pois há uma confusão do termo, sendo que incluir é também aceitar as crianças que são marginalizadas por suas condições de vida. Vencer a barreira do preconceito e inserir o aluno respeitando as suas diferenças é primordial para uma convivência harmoniosa em sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que para que se tenha a real ideia da inclusão associada à educação especial é preciso que haja uma parceria em geral desde a família até o corpo docente da escola. Não basta apenas falar tem que por em prática, pois não se trata de qualquer objeto e sim de uma criança que pode sim ser desenvolvida e ser inserida em um contexto social, desde que seja devidamente trabalhado.

Devem ser levados em consideração os aspectos de aprendizagem da criança, suas limitações e o seu convívio com os demais. Desta forma podem-se traçar caminhos e métodos que busquem resultados satisfatórios no que diz respeito à inclusão da criança de forma global, com a participação e empenho de todos (escola, família e governo).

As mudanças propostas poderão se transformar em ações que beneficiam as crianças que possuem o direito de serem inseridas em sociedade. O direito de ter uma educação de qualidade como qualquer outra criança considerada “normal”.

4. REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

MEC, diretrizes para a educação básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br> acesso em 16 setembro de 2015.

ECA, estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://adolescencia.org.br/site-pt-br/eca>> acesso em 16 de setembro de 2015.

Fenapestalozzi, porque PESTALOZZI? Disponível em: <<http://www.fenapestalozzi.org.br/>> acesso 12 de julho de 2016.

Maria Eugênia Nabuco, práticas institucionais e inclusão escolar. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0100-15742010000100004&lng=pt&nrm=iso> acesso 12 de julho de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Educação Inclusiva A Família. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>> acesso 14 de julho de 2016

Bossa, Nádia a. Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?.1ª edição. Reimpressão/2007. São paulo/sp. 2000. 119p

Nunes sobrinho, Francisco de Paula. Pesquisa em educação especial: o desafio da qualificação. 1ª edição. Editora: edusc/2001. 105p.

Costa, Auredite Cardoso. Psicopedagogia e psicomotricidade: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem. Petrópolis, rj: vozes, 2012.